

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.015

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL COM DOCENTES DE GEOGRAFIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DOS MUNICÍPIOS DE FEIRA NOVA E BOM JARDIM, NO ESTADO DE PERNAMBUCO

RHAISSA FRANCISCA TAVARES DE MELO BALDER

Doutora em Geografia – UFPE, rhaissatavares@hotmail.com;

ALINE FERNANDA SILVA DE MOURA

Graduada pelo Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, aline_fgomes@hotmail.com;

JHONATAN MEIRELES DA SILVA LOPES

Graduando pelo Curso de Medicina da Universidade de Buenos Aires – UBA, jhonatanmeireles@campus.fmed.uba.ar;

JACIANE BEZERRA DA SILVA

Graduada pelo Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Jacianebezerra55@gmail.com;

RESUMO

O ensino da geografia na Educação Inclusiva é imprescindível, pois, a partir desta ciência é possível desenvolver no cidadão a habilidade de construir um olhar crítico e reflexivo do mundo, compreendendo e relacionando à realidade vivenciada. A luta pela inclusão deve acontecer no dia a dia, enxergando o nosso próximo com respeito, independentemente do tipo e nível de deficiência. A escola deve ser um ambiente multicultural, onde venha a atender um público diversificado, com objetivos, ideologias e necessidades diferentes, com características próprias. Para isso, a presente pesquisa é de caráter exploratório, e foi realizada com docentes da rede pública dos municípios de Feira Nova e Bom Jardim, no Estado de Pernambuco. O método adotado foi o qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas aplicadas aos professores de Geografia que tenham em sala de aula alunos

portadores de algum tipo de necessidade especial. A inclusão escolar é um assunto que ainda merece atenção, principalmente relacionado a repensar as práticas no ensino da Geografia, buscando sempre incluir os estudantes e trazer formas de abordagens diferenciadas dos conteúdos para que o aprendizado aconteça de forma mais efetiva, pois, as instituições de ensino são espaços onde se congregam valores, respeito e princípios, viabilizando assim a aprendizagem para todos, igualmente, e a partir desta pesquisa percebe-se que as práticas tornam as aulas mais dinâmicas e atraentes.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino da geografia. Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) tem incentivado o interesse de pesquisadores e professores na tentativa de achar ou mesmo apresentar a necessidade de novas técnicas e métodos de ensino que reflitam a diversidade que constitui a escola, prestigiando-a e se ajustando a ela numa perspectiva inclusiva. A escola é um lugar diverso, um ambiente onde diferentes personalidades, conceitos, comportamento, costumes e habilidades se encontram. Essas características vêm tornando-se fortalecida pela implementação da educação inclusiva, educação essa que proporciona meios para que se ensine e se aprenda mediante a diversidade, em que todos os alunos aprendam juntos, sem distinção.

Desde a sua formação, a escola regular sempre foi uma instituição planejada para atender um determinado perfil de aluno, porém, com o passar dos anos a demanda foi sendo modificada para atender os estudantes com necessidades especiais, exigindo tanto da equipe escolar, quanto da estrutura, mudando e inovando, com novas estratégias que atendam a todos.

A problemática do presente trabalho se deu a partir de observações em ambientes escolares, onde foram feitos alguns questionamentos: “Como professores trabalham alguns assuntos da Geografia na Educação especial?”, “Quais ferramentas didáticas podem ser utilizadas como facilitadores de aprendizagem nessas turmas?”.

Dessa forma, essa pesquisa justifica-se pelo fato de que a educação especial necessita de um maior cuidado, atenção e cautela por parte de toda a equipe escolar e mais precisamente dos professores, como também se faz necessário pensar em metodologias diferentes e atrativas para as aulas de Geografia, considerando que, cada aluno contém uma particularidade. Entretanto, nem sempre essa é a realidade das escolas, diversas vezes não há estrutura apropriada e metodologia que atenda as especificidades das turmas com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a Geografia no contexto da educação inclusiva e sua importância no ambiente escolar, tendo como enfoque as formas de abordagens dos conteúdos, além da busca de estratégias para facilitação da aprendizagem. Como objetivos específicos, compreender quais as dificuldades existentes para o ensino da Geografia nas turmas com portadores

de necessidades especiais; compreender como ocorre o processo inclusivo nas instituições e nas aulas; refletir sobre formas de abordagem didático-pedagógico que incentivem a compreensão dos conteúdos da Geografia nessas turmas; mostrar aos professores ferramentas para a facilitação da aprendizagem de forma inclusiva com o uso de atividades práticas e dinâmicas.

De acordo com Monteiro (2015):

O desenvolvimento de práticas inclusivas pressupõe uma pedagogia capaz de atender a todas as crianças, enquanto classe heterogênea, abrindo mão de práticas de ensino seletivas que visam à classificação e a categorização dos alunos entre os que têm ou não condições de aprender, considerando a pluralidade como fator de crescimento e desenvolvimento de todos. (MONTEIRO, 2015, p.54).

Para construção desta pesquisa foi usado o método de pesquisa exploratória, com aspecto qualitativo e quantitativo com a finalidade de obter respostas diferentes obtidas pelos professores que serão entrevistados de forma remota, ou seja, via internet com aplicação de um breve formulário onde ambos responderão as perguntas apresentadas a fim de identificar seus pontos de vista com base nas perguntas formuladas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Para compreender sobre a Educação Especial e Inclusiva, é necessário entender um pouco da história de como ocorreu esse processo. De acordo com Neto et. al. (2018), a história humana evidencia, desde a Antiguidade, a descrição de pessoas com alterações anormais por motivo genético. A essas pessoas era negado o convívio social, elas eram enclausuradas em suas próprias casas ou em outro lugar para tratamento, pelos familiares ou pelas autoridades.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou em 2010, 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, o que equivalia na época à 23,9% da população. O IBGE considera pessoa com deficiência aquela que tem muita dificuldade ou não consegue de modo alguém enxergar, ouvir, se locomover sem auxílio, movimentar membros superiores ou fazer tarefas habituais como se comunicar, ter cuidados pessoais, trabalhar, estudar, etc, em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, mesmo que faça uso de aparelhos de auxílio.

Quando observado os números das pessoas com deficiências no ambiente escolar, temos os seguintes dados: de 2014 a 2018, o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todos o país, segundo dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), também teve um aumento de 5% para os alunos que estão incluídos em classes comuns na rede pública de ensino, onde se concentra o maior número de estudantes com algum tipo de deficiência especial. Em 2014, eram 886.815 alunos com deficiência matriculados nas escolas brasileiras. Esse número tem aumentam a cada ano, em 2018 chegou a cerca de 1,2 milhão de estudantes. Entre 2017 e 2018, houve aumento de aproximadamente 10,8% nas matrículas, e mostram a urgência de se pensar no processo de inclusão escolar.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garantem o direito de todos à educação, sendo ela um dever do Estado e da família promovê-la, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

A educação dos portadores de necessidades educativas especiais passou a ser uma competência da União, dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme mostra o artigo 23 da constituição federal de 1988:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988, p. 28-29).

Historicamente, durante muitos anos as pessoas com algum tipo de deficiência eram completamente excluídas da sociedade. Analisando os documentos norteadores da educação, em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial – PNEE, no qual diz que no Brasil, deve-se incluir todos os estudantes de 4 a 17 anos na escola. Os estudantes com necessidades especiais devem ser matriculados preferencialmente em classes comuns. Para isso, deve haver a garantia em

todo o sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A educação inclusiva no Brasil só começou realmente a se estabelecer após a Declaração de Salamanca, também em 1994. Essa declaração, que foi um marco de suma importância para a Educação Especial expõe que diante do alto custo em manter instituições especializadas apenas para alunos com necessidades especiais, as escolas comuns deveriam acolher todas as crianças independentes de suas condições.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. [...] No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3).

Após a implementação da Declaração de Salamanca, outras leis e decretos foram sancionados e deram suporte a Educação Inclusiva, entre elas também é pertinente citar a Convenção de Guatemala em 1999, onde afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas.

Laplane (2006), traz sua contribuição afirmando que a ideia de uma sociedade inclusiva fundamenta-se numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. A inclusão da pessoa com necessidades especiais é uma temática de grande importância e vem ganhando espaços cada vez maiores em debates e discussões apontando a necessidades de as instituições de ensino acolherem as diferenças peculiares humana.

Segundo os dados do Censo Escolar de 2019 realizado pelo Inep, mostra que, 38,6% das escolas públicas de ensino fundamental e 55,6% das privadas têm banheiros para pessoas com necessidades especiais. No ensino fundamental, 28% das escolas públicas e 44,7% das particulares têm dependências adequadas para

peessoas com necessidades especiais. No ensino médio, 60% das escolas públicas e 68,7% das escolas particulares dispõem de banheiro especial e 44,3% das públicas e 52,7% das privadas têm dependências adequadas.

A GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação geográfica é de suma importância para formação do indivíduo pois traz a possibilidade de gerar no estudante um olhar diferenciado sobre o mundo. A Geografia é uma ciência necessária para a leitura do espaço, e desenvolver o raciocínio geográfico nos estudantes é seu papel principal em relação às demais disciplinas da grade curricular, pois é fundamental na formação do indivíduo.

Os alunos com necessidades especiais têm uma percepção do mundo diferente dos demais, mas não deixam de apresentar uma percepção geográfica de sua realidade de existência. Por isso que o ensino da Geografia é importante, podendo ocasionar situações de aprendizagem de acordo com as necessidades desses estudantes inclusivos, respeitando as suas singularidades.

Como disciplina, de acordo com Belo e Ferreira (2012), a Geografia traz em sua grande abrangência em relação às diferentes áreas do conhecimento o respaldo necessário à compreensão do homem enquanto sujeito ativo em um mundo extremamente dinâmico. Com isso, se tratando de um aluno com deficiência, essa compreensão se torna um pouco mais difícil, sabendo disso, é importante que o professor desenvolva certas habilidades criativas e dinâmicas para abordar com esses alunos, facilitando assim o processo de aprendizagem.

De acordo com Reis, Pereira e Melo (2018), o ensino de geografia é fundamental nesse processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual ou física, pois proporciona situações de aprendizagem que valoriza as referências que o aluno tem e o espaço vivido e produzido por ele.

Sobre isso, Batista e Montoan (2007) afirmam que:

O aluno com deficiência mental tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de ensino e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com deficiência mental. (BATISTA; MONTTOAN, 2007, p. 16).

Com isso, esse estudante necessita de aulas mais dinâmicas e práticas, utilizando exemplos com materiais concretos, que podem ser construídos por ele mesmo, ao qual o estudante possa pegar os objetos, visualizar, sentir e principalmente perceber a ligação do conteúdo trabalhado com seu dia a dia.

É de suma importância que os estudantes dos cursos de licenciatura tenham acesso aos conhecimentos sobre a Educação Inclusiva e as deficiências, para que possam ter uma atuação em sala de aula consciente e crítica no sentido de concretizar uma prática pedagógica que possibilite a aprendizagem dos estudantes, respeitando e considerando as diferenças como elementos constitutivos da relação pedagógica. De acordo com Freitas:

Mecanismos funcionais de cognição das pessoas com deficiência; consciência de suas próprias condições, conhecimentos pedagógicos e metacognitivos; Desenvolvimento da capacidade de auto-regular e de tomar consciência das etapas do processo de ensino aprendizagem; Coerência entre sua maneira de ser e ensinar, entre teoria e prática; Capacidade de ministrar aulas sobre um mesmo conteúdo curricular a alunos de diferentes níveis e compreensão e desempenho acadêmico; respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; Utilização flexível dos instrumentos de avaliação de desempenho escolar, adequando às necessidades dos alunos (2006, p.177).

O professor de Geografia pode fazer o uso de metodologias diferenciadas para adaptar seu conteúdo de acordo com a turma e a série em que os alunos estão inseridos, desenvolvendo técnicas mais criativas e dinâmicas em sala de aula. Assim, poderá facilitar o desenvolvimento de todos os alunos sobre temas abordados na Geografia, desafiando os estudantes a ter uma visão diferente dos conteúdos e, dessa forma, assimilá-los de forma mais efetiva.

AS OFICINAS PEDAGÓGICAS COMO FACILITADORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Pensar em metodologias para trabalhar os conteúdos de Geografia com alunos que tenham algum tipo de deficiência não é fácil, porque o processo de inclusão de alunos com deficiência ainda é desafiador para a escola regular. É importante desenvolver o aprendizado geográfico, por meio de jogos, brincadeiras, buscar

alternativas para o desenvolvimento espacial e social dos estudantes, principalmente se tratando de salas de aula inclusivas.

Deste modo, busca-se possibilidades para a construção do conhecimento geográfico, a partir de mecanismos de aprendizagens inovadores, dinâmicos e prazerosos que a prática lúdica pode proporcionar aos estudantes em sala de aula sobre a utilização de oficinas, no qual Padim (2006), traz a seguinte contribuição:

A vantagem da oficina para o professor é que ele pode obter em cada uma delas experiência quanto à forma de elaborar atividades para a construção dos conceitos cartográficos. Dessa forma, ele poderá amenizar a problemática da hora/aula, ou seja, ele pode obter um "jogo de cintura", escolhendo quais atividades melhores se encaixam em determinadas atividades (PADIM, 2006, p.53).

Práticas pedagógicas como as oficinas tendem a contribuir muito para a relação ensino-aprendizagem na construção do saber geográfico. Mas, para isso, é necessário que o professor seja criativo ao planejar essas práticas, para que possa tornar os conteúdos e as aulas mais atrativas, dando aos estudantes a possibilidade de não só aprender, mas perceber a utilidade dos conteúdos que estão aprendendo, e do conhecimento que estão construindo.

Nesse sentido, Sampaio et al. (2016), contribui que:

[...] a Educação Inclusiva parte da necessidade da reestruturação das práticas vivenciais escolares, pautada na compreensão da diversidade dos alunos, compreendendo o sujeito na sua singularidade e complexidade, objetivando a aprendizagem e a inserção social de todos, nesta o processo de desenvolvimento utiliza diversos mecanismos e inúmeras maneiras para aprender. Assim, a aprendizagem é vista como um processo de internalização de conceitos, procedimentos e atitudes, efetivada por meio das experiências socialmente construídas e permeada por fatores emocionais, neurológicos e ambientais. (SAMPAIO et al., 2016, p. 2).

Além disso, as oficinas possibilitam uma maior sociabilidade entre os estudantes, fazendo com que cada um com sua peculiaridade possa dar a sua contribuição para a construção de algum material, como por exemplo, a construção de mapas e maquetes. Trazer as oficinas pedagógicas como instrumento didático proporciona uma aprendizagem mais significativa, pois requer um envolvimento maior dos estudantes durante o processo de construção do conhecimento, de uma maneira mais

dinâmica e interativa, onde acontece uma transformação entre o sujeito e o objeto, levando sempre em consideração a base teórica, como ensina Vieira e Volquind (2002), “[...] não é somente um lugar para aprender fazendo; supõe principalmente o pensar, o sentir e o agir”.

Conforme Vieira e Volquind (2002), a oficina promove a aprendizagem através da reflexão, partindo do sentimento, pensamento e ação, levando em consideração os objetivos pedagógicos. É uma forma de ensinar e aprender, na medida em que sua realização acontece coletivamente com oficinheiros e oficinandos, interagindo a todo o momento já que “as oficinas propiciam espaço para aprender com dinamismo. Existe uma cumplicidade entre os alunos, o professor e o recurso instrucional, permitindo a construção do conhecimento” (VIEIRA; VOLQUIND 2002, p. 11).

METODOLOGIA

A pesquisa impõe do pesquisador métodos e técnicas para que o mesmo não execute conclusões equivocadas, sem uma observação cuidadosa dos esclarecimentos ou dados da sua coleta, visto que essas informações serão a fonte para que o investigador mostre explicações ou respostas para suas indecisões.

Gil (2002) define a pesquisa como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2002, p. 17).

Para construção desta pesquisa foi usado o método de pesquisa exploratória e bibliográfica, com aspecto qualitativo e quantitativo. O instrumento usado para a coleta de dados foi a entrevista com roteiro semiestruturado aos 10 professores de Geografia, sendo 4 homens e 6 mulheres das escolas públicas dos municípios de Feira Nova e Bom Jardim, ambos situados no agreste setentrional de Pernambuco.

Para coleta dos dados foi seguido um roteiro de 7 perguntas, sendo 5 perguntas abertas e 2 fechadas. Optou-se por este tipo de entrevista, pois, nela o entrevistado tem a possibilidade de falar sobre as suas vivências, experiências e conhecimento, a partir do foco principal do pesquisador, ao mesmo tempo que

permite que as respostas dadas sejam espontâneas, além de trazer para o pesquisador uma maior aproximação com a problemática.

O roteiro da entrevista abordou questões como: você sabe o conceito de inclusão; a importância da Geografia no processo de inclusão; possuem algum tipo de especialização para trabalhar com esses estudantes; se tem o interesse em se especializar na área; se a instituição a qual trabalha dá algum suporte educacional para esses estudantes; sobre a prática da Geografia e a sua forma de abordagem com esses estudantes; a utilização de metodologias diferenciadas para abordagem da disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do resultado das entrevistas aplicadas, percebeu-se que a metodologia de ensino utilizadas pelos professores nas aulas de Geografia tinham maior enfoque em aulas expositivas fazendo o uso do quadro, livro, leituras e interpretação de textos. De acordo com Flores et al. (2010), a prática com materiais didáticos alternativos, além de facilitar a visualização dos assuntos abordados em aula e proporcionar a integração de todos os alunos, acaba quebrando a monotonia de uma aula expositiva. Ensinar exige o uso de metodologias e planejamento, onde o educador precisa sempre estar atualizando seu material e adequando suas práticas às necessidades e especificidades de cada turma.

Com a análise das entrevistas percebeu-se diferentes visões dos entrevistados em relação a inclusão escolar e a sua importância para a vida do estudando na escola. Porém, todos os entrevistados afirmaram que ainda há muito a melhorar em relação ao assunto, relatam que na maioria das instituições não há suporte adequado para atender os estudantes com necessidades especiais, seja relacionado a infraestrutura da instituição, quanto ao material para dar auxilia-los em sala de aula.

Quando perguntados sobre a formação, 4 deles não possuem nenhum tipo de especialização para trabalhar com estudantes especiais, porém a maioria, 6 deles possuem algum tipo de formação. E quando perguntado se tem o interesse em se especializar na área, os 4 docentes que ainda não possuem especialização afirmaram que tem esse desejo sim, só falta tempo para se dedicarem, e também havia um incentivo por parte da equipe gestora da escola em que lecionam. Neste contexto, Skliar (2006) afirma que um dos principais problemas que impacta a questão

da inclusão é a falta de preparo dos professores na formação inicial para lidar com as diferenças no cotidiano escolar.

Sobre esse processo de formação de professores para a educação inclusiva, Martins (2009) afirma,

[...] durante a formação inicial dos educadores, contribui para eliminar muitas barreiras que impedem a inclusão escolar desses educandos à escola regular. É importante que todos os docentes tenham conhecimentos sobre as necessidades de seus alunos, sobre como lidar com eles, como organizar o ensino e o currículo de maneira a atender às necessidades de todos. (MARTINS, 2009, p.109).

Sobre a prática no ensino da Geografia, voltando-se aos conceitos chave da disciplina, 6 dos professores entrevistados afirmam que só fazem o uso do livro didático para trabalhar tais conceitos, seguindo o cronograma estadual/municipal e os conteúdos que lhe são colocados de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fazendo alguma adequação. Apenas 4 professores entrevistados ainda afirmam que buscam outros métodos para trabalhar tais conceitos, tendo em vista a importância deles para ciência, procurando sempre correlacionar com outros conteúdos estudados. Diante da entrevista, todos os docentes apontam que dão um maior enfoque no conceito de Território e Espaço.

Quando questionados sobre a utilização de metodologias diferenciadas para abordagem da disciplina, apenas 3 professoras disseram que sempre diversificam suas aulas com oficinas de maquetes, mas há uma certa dificuldade em relação aos materiais necessários para realização de tal metodologia, onde há carência por parte das instituições de ensino, não havendo tanto apoio para elaboração de tal prática. E os outros 7 professores afirmaram que as oficinas e outras atividades lúdicas não são tão utilizadas por eles, entrevistados acham melhor dar continuidade em suas aulas sem oficinas por causa das complicações colocada pelos alunos para fazer essas atividades. Porém, os docentes reconhecem a importância de utilização de metodologias diferenciadas em sala de aula e sua contribuição para um aprendizado mais efetivo, principalmente relacionado a inclusão, onde atividades práticas trazem uma maior união para as turmas, além de trazer formas diferentes de abordagem dos conteúdos.

Sobre a importância das oficinas pedagógicas, Anastasiou e Alves (2004) afirmam que:

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva (ANASTASIOU; ALVES p. 95).

Após análise das entrevistas com os docentes, percebeu-se que, a maior dificuldade é a falta de materiais, já que as instituições de todos os docentes entrevistados são públicas, mas é possível pensar em formas de abordagem para trabalhar a Geografia em sala de aula de forma mais lúdica, sem precisar de tantos recursos e de forma sustentável, com a utilização de materiais que podem ser reutilizados, sem tanto custo.

A falta de atendimento especializado é um ponto abordado também por outros entrevistados, de acordo com as análises das entrevistas, as instituições alvo da pesquisa ainda carecem de uma maior atenção voltadas ao assunto. Sobre esse tipo de atendimento, a nota técnica de nº 4 do Ministério da Educação afirma que:

(...) o atendimento educacional especializado – AEE visa promover acessibilidade, atendendo as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial, devendo a sua oferta constar no projeto Político pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica, afim [sic] de que possa se efetivar o direito destes estudantes à educação (BRASIL, 2014, p. 3).

Quando perguntado aos docentes sobre a importância da Geografia no processo de inclusão, o relato de uma das docentes chamou bastante atenção, onde ela aborda sobre a visão de mundo que a Geografia pode proporcionar aos estudantes.

P1: A Geografia é uma ciência que vai trazer um olhar crítico ao estudante, e podemos utilizar isso a favor da inclusão, é importante buscar formas de incluir, tanto na sociedade no geral quanto em sala de aula, infelizmente ainda é difícil, principalmente por questões estruturais, falta atendimento especializado para nos auxiliar em sala de aula.

A utilização de metodologias diferenciadas para abordagens da disciplina traz consigo a importância do uso de atividades lúdicas, no qual fez parte do discurso

trazido por uma das docentes entrevistadas, que trabalha com educação inclusiva há mais de 15 anos.

P2: Através do uso de atividades lúdicas como materiais didáticos vários objetivos podem ser alcançados com os alunos, como por exemplo o desenvolvimento do raciocínio, a criatividade, o pensamento crítico, que é importante na Geografia, também a socialização e a compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

O lúdico se apresenta como uma forma de sair da “rotina” da sala de aula, que muitas vezes se resume em explicação do conteúdo e aplicação de atividades, propondo tornar a disciplina de Geografia mais interessante para os alunos, fazendo com que as aulas se tornam mais alegres, participativas e prazerosas.

Sobre a importância do lúdico em sala de aula, Sampaio et al. (2016) ainda traz a seguinte contribuição:

[...] com o auxílio das vivências lúdicas integrativas é possível resgatar a essência infantil, a ideia de sermos seres brincantes e aprendizagens que sendo perdidas no decorrer dos anos, podem ser resgatadas no momento em que se trabalha as memórias afetivas que permeiam a vida do indivíduo, sendo possível também a formação de pessoas com maior sensibilidade e equilíbrio emocional, capazes de enfrentar as situações de risco sem sofrer danos psicoemocionais. (SAMPAIO et al., 2016, p. 7).

E quando questionados sobre eles sabem o conceito de inclusão, todos os professores foram unânimes afirmando que “sim”, sabem sobre e acham importante estudos voltados para esse tema pois ainda se tem uma carência desse assunto. Um dos professores entrevistados deixou sua contribuição muito pertinente sobre essa pergunta.

P3: Vejo como um assunto que ainda é pouco falado e discutido, onde alguns docentes e gestores deixam passar, muitas das vezes, infelizmente, não se importando com eles alunos especiais e suas famílias que carecem também de afeto e atenção. Espero que mais pessoas escrevam e pesquisem cada dia mais sobre esse assunto e ajudem esses alunos que merecem e requer de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar possibilidades de aprendizagem para que o ensino não foque apenas na teoria é necessário, principalmente quando se trata de educação inclusiva, e a partir desta pesquisa percebe-se que as práticas tornam as aulas mais dinâmicas e atraentes, sendo dever do docente um maior engajamento para buscar aperfeiçoamento em novas metodologias de ensino.

A escola é um ambiente multicultural, que atende um público diversificado, com objetivos, ideologias e necessidades diferentes, tendo sua característica própria, que acolhe indivíduos com aspectos diferentes, sejam religiosos, políticos, sociais, entre outros. Ambientes inclusivos propiciam integração social, o que afeta diretamente o desenvolvimento dos estudantes.

A partir de todo referencial teórico lido e das entrevistas realizadas com os professores das instituições de ensino escolhidas, percebeu-se que ainda há muito a ser debatido sobre o conceito de inclusão e sobre as formas de incluir esses estudantes no ambiente escolar em si. A luta pela inclusão deve acontecer no dia a dia, enxergando o nosso próximo com respeito, independentemente do tipo e nível de deficiência.

Educar de forma inclusiva é compreender a realidade presente em sala de aula, onde percebeu-se a necessidade de pensar metodologias voltadas para ensino da Geografia que possam facilitar a aprendizagem de todos. Trabalhar de forma inclusiva é uma questão de se adaptar à realidade vivida de cada um, não é uma tarefa fácil, mas se faz necessário para que se possa desempenhar nosso papel enquanto professores, tendo o dever de desenvolver metodologias para que todo cidadão tenha acesso ao conhecimento.

Percebeu-se que essas formas de trabalhar não é algo corriqueiro entre os docentes. A falta de estrutura e materiais nas instituições é o principal fator que impede tal prática. Além de ser observado a falta de atendimento especializado, que também acaba influenciado no trabalho do professor em sala de aula.

É possível que o ensino da Geografia seja trabalhado com diversas metodologias que facilite seu aprendizado, incluindo a participação de todos, e que posteriormente seja identificada a aprendizagem do estudante, assim será possível que o ensino regular possa receber estudantes portadores de necessidades educacionais especiais, pois, as instituições de ensino são espaços onde se congregam valores, respeito e princípios, viabilizando assim a aprendizagem para todos.

O papel do professor é fundamental no processo de inclusão, mas existem elementos essenciais para sua efetivação com excelência, como a presença do segundo professor ou auxiliador para os alunos que necessitam dessa atenção à mais, espaço e tempo para planejamento, formação continuada, materiais didáticos e infraestrutura adequada, e condições estruturais de trabalho aos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Direito à Educação. Brasília, SenadoFederal, CentroGráfico, 1988.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994.

JUNIOR, L. M.; MARTINS, R. E. M. W.; MAURICIO, S. S. Formação docente e inclusão na educação básica: movimentando narrativas de professores/as de Geografia. **Horizontes**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e020026, 2020. DOI: 10.24933/horizontes.v38i1.854. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/854>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 13 out. 2022.

MONTEIRO, Mirela Granja Vidal. **Práticas pedagógicas e inclusão escolar:** O processo de ensinoaprendizagem de alunas com deficiência intelectual. 2015. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21074/1/MirelaGranjaVidalMonteiro_DISSERT.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>>. Acesso em: 28 set. 2022.

REIS, A. S. S.; PEREIRA, C. A. B.; MELO, L. C. B. Ensino de Geografia: Perspectiva da Educação Inclusiva para alunos com deficiência intelectual e física da Escola Estadual Professora Antônia Tavares Da Silva do Município de Rorainópolis-RR. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, [s. l.], v. 1, ed. 2, p. 56-70, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/447>. Acesso em: 2 out. 2022.

RIBEIRO, S. L.; SANTOS, J. O. Ensino de Geografia no Contexto de Diversidade e da Inclusão Educacional. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 05–23, 2021. DOI: 10.46789/edugeo.v11i21.978. Disponível em: <<https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/978>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ROCHA, Lucas. IBGE divulga estudo inédito sobre deficiência e desigualdades sociais no Brasil. **CNN no Plural**, São Paulo, 21 set. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ibge-divulga-estudo-inedito-sobre-deficiencia-e-desigualdades-sociais-no-brasil/>>. Acesso em: 19 de out. 2022.

SALVALÁGIO, R. M.; ARAUJO, R. N. Inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais: a formação dos licenciandos de geografia. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 142-165, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11856>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SAMPAIO, Ana Tânia Lopes et al. A Contribuição Das Práticas Integrativas E Complementares No Processo De Inclusão. **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva**, Campina Grande, p. 1-9, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/30451/1/AContribuicaoDasPraticasIntegrativasECompleme>>. Acesso em: 7 dez. 2022.